

	Ata de Reunião		
	COMITÊ GESTOR DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO - PDPJ-BR.		Data: 11/10/24
	Condução: Juíza Auxiliar da Presidência Rita Ramos	Local: Sala 303 Sul e virtual	Hora Início/Fim: 15H/15h30

Participantes:
Juíza Assessora Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais, Rita de Cássia Ramos de Carvalho, na qualidade de Presidente;
Juiz de Direito Antônio Carlos da Silveira Símaro;
José Carlos Coelho Wasconcellos, Procurador do Estado, representante da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia;
Gil Braga de Castro Silva, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia;
Guilherme Celestino, Advogado, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia;
Claudionor Ramos Neto, Procurador do Município, representante da Procuradoria do Município de Salvador;
Manoel Joaquim Soarez Lima Filho, Diretor de Modernização;
Mônica Rivetti Ribeiro de Araújo, Coordenadora de Sistemas Judiciais;
Bruno Barbosa de Menezes, servidor da Coordenação de Sistemas Judiciais;
Nildete de Castro Gavazza, Chefe de Seção na Coordenação de Projetos de Modernização
Kaique Lima, representante da SGP;
Adelson Gonzaga, representante da equipe técnica do MP;
Mayala Coy, servidora da Coordenação de Sistemas Judiciais;
Maria Clara Santa Bárbara Cosmo, Assessora.

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos 11 dias do mês de novembro do ano de 2024, às 15h, reuniram-se, em formato híbrido, na sala de reunião deste Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os membros do Comitê Gestor do PDPJ, designados por meio do Decreto Judiciário nº. 624/2024, conforme registro fotográfico anexo, para discussão dos pontos de pauta abaixo delineados. Justificada a ausência da Juíza de Direito Leonildes, por motivo de férias.

1. **Dar conhecimento sobre a publicação do Decreto Judiciário n. 840, de 24 de outubro de 2024;**

Pela Presidente do Comitê Gestor do PDPJ-Br, a Juíza Auxiliar da Presidência, Doutora Rita Ramos, foi noticiada a publicação do Decreto Judiciário nº 840, de 24/10/2024, que alterou a composição do respectivo agrupamento, a fim de incluir o Senhor Juiz de Direito Antônio Carlos da Silveira Símaro e a Senhora Juíza de Direito Leonides Bispo dos Santos Silva no Comitê Gestor.

2. **Apresentação pela SETIM a respeito das atualizações da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ;**

Com a palavra, a Doutora Rita Ramos registrou que a SETIM realizará uma apresentação com o objetivo de atualizar todos os participantes sobre os trabalhos já realizados e em andamento no que tange à Plataforma Digital do Poder Judiciário. Pelo Diretor de Modernização, Sr. Manoel Lima, foi feito o compartilhamento de tela para facilitar o acompanhamento dos tópicos abordados, cuja apresentação será compartilhada com os membros, conjuntamente com a presente ata de reunião. Finalizada a apresentação, a Juíza Auxiliar da Presidência agradeceu a apresentação realizada, concedendo a oportunidade para que os demais integrantes se manifestassem sobre a temática. Pelo Juiz Antônio Símaro foi solicitado esclarecimentos sobre a inclusão da consulta processual criminal no banco de dados. Em resposta, o Diretor informou que a consulta processual criminal ainda está em fase de desenvolvimento pelo CNJ. No entanto, esclareceu que, provavelmente, a consulta não buscará informações no sistema da Secretaria de Segurança Pública, mas sim nos Sistemas Judiciais dos Tribunais. Pelo Procurador do Município, Doutor Claudionor foram solicitadas informações sobre os possíveis impactos nos serviços de integração que a PGM atualmente executa com o TJBA. Questionou se será preciso estabelecer uma interlocução com o CNJ ou se a questão poderá ser resolvida internamente, pelo próprio TJBA. Pelo Diretor de Modernização foi registrado que não será necessária nenhuma alteração ou interlocução, pois o sistema do TJBA é o responsável pela integração com a PDPJ. Salientou que, inclusive, o EPROC, já é compatível com o MNI e também será integrado ao sistema da PGM. Em resumo, destacou que serão os sistemas do TJBA que passarão por integração. Pelo representante da Ordem dos Advogados, Doutor Guilherme Celestino foram pleiteadas informações sobre o preparo da PDPJ para a migração ao EPROC e qual será a aplicação prática da PDPJ, caso a mudança para o Sistema EPROC seja, de fato, implementada. Em resposta, Sr. Manoel enfatizou que o EPROC já está totalmente integrado à PDPJ e em uso pelos demais Tribunais. Destacou que na página do CNJ é possível acompanhar o status de implantação da PDPJ em todos os Tribunais, incluindo aqueles que já utilizam o EPROC. O Procurador do Estado, Doutor José Carlos, questionou se, com base no esclarecimento de Manoel ao representante da PGM, a integração do MNI com o PJE será mantida no futuro, caso haja a migração para o EPROC, e se essa integração continuará disponível para o consumo de serviços pelos órgãos parceiros do Tribunal. O Diretor de Sistemas registrou que a ferramenta de integração definida pelo CNJ para qualquer sistema é o MNI. Assim, a plataforma será mantida, independentemente da migração dos sistemas. Em complementação, o servidor Bruno Menezes acrescentou pontuando que os Sistemas Judiciais já são integrados ao MNI, o que garante a continuidade do uso dessa ferramenta pelo Tribunal. No entanto, explicou que, no caso específico do portal de serviços, uma nova tecnologia de integração está sendo utilizada, o que indica que o MNI poderá ser descontinuado futuramente, entretanto, salientou que até então o TJBA seguirá mantendo o MNI, conforme o modelo nacional em vigor. Nada mais havendo a registrar, foi dada por encerrada a reunião, determinando-se que fosse lavrada a ata, devendo esta ser encaminhada, por e-mail, a todos os integrantes. Assim, eu, Maria Clara, lavrei a presente ata.

	Ata de Reunião		
	COMITÊ GESTOR DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO - PDPJ-BR.		Data: 11/10/24
	Condução: Juíza Auxiliar da Presidência Rita Ramos	Local: Sala 303 Sul e virtual	Hora Início/Fim: 15H/15h30

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

